

**RE no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.386 - RS
(2019/0087310-5)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
RECORRENTE : GLOBALFIT INDUSTRIA TEXTIL LTDA
RECORRENTE : ROBERTO INACIO JUCHEM
RECORRENTE : ERNA MARIA JUCHEM
ADVOGADOS : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES E OUTRO(S) - RS028448
ALEXANDRE ALVES - RS043331
RECORRIDO : BADESUL DESENVOLVIMENTO S/A - AGENCIA DE
FOMENTO/RS
ADVOGADO : LUCIANA DORNELES MULLER E OUTRO(S) - RS065139

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 105, III, "A", DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DE DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUANTO AO CONHECIMENTO DO RECURSO. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL. PREENCHIMENTO. MATÉRIA DE NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. **TEMA 181/STF. SEGUIMENTO NEGADO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por GLOBALFIT INDUSTRIA TEXTIL LTDA e Outros, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 338):

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE. FUNDAMENTO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NÃO CABIMENTO DE AGRADO. QO no Ag 1.154.599/SP. IMPUGNAÇÃO. ART. 1.021, § 1º, DO CPC. SÚMULA N. 182/STJ. NÃO CONHECIMENTO.

1. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

2. Agravo interno não conhecido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 348/351), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido ofendeu ao artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, alegando, para tanto, que *"o Superior Tribunal de Justiça, de forma infundada, rejeitou o Recurso de Agravo de Instrumento manejado contra a decisão que inadmitiu o Recurso Especial, sob o argumento de que o recurso manejado pela Recorrente não teria impugnado adequadamente os termos da decisão que inadmitiu o Recurso Especial. Ora, a admissibilidade e conhecimento do recurso de Agravo se impõe, porquanto restou efetivamente questionada a aludida decisão."* (fl. 350).

Superior Tribunal de Justiça

Apresentadas as contrarrazões às fls. 363/366.

É o relatório.

O recurso extraordinário não comporta seguimento.

Com efeito, a Suprema Corte já asseverou não ter cabimento o recurso extraordinário, com fundamento no inciso III do art. 105 da Constituição Federal, para questionar o conhecimento ou não do apelo especial, salvo se o julgamento do Superior Tribunal de Justiça apoiar-se em premissas que conflitem diretamente com o disposto no mencionado artigo.

Nesse sentido:

EMENTA: AGRADO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PONTAL DO PARANAPANEMA. NULIDADE DOS TÍTULOS DE DOMÍNIO EM RAZÃO DO VÍCIO NA ORIGEM DA CADEIA DOMINIAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 105, III, DA CONSTITUIÇÃO. REEXAME DE DECISÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DE COMPETÊNCIAS DE CORTES DIVERSAS. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. RE 598.365. TEMA 181. NECESSIDADE DE ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL LOCAL E DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 279 E 280 DO STF. REITERADA REJEIÇÃO DOS ARGUMENTOS EXPENDIDOS PELA PARTE NAS SEDES RECURSAIS ANTERIORES. MANIFESTO INTUITO PROTRELATÓRIO. MULTA DO ARTIGO 1.021, § 4º, DO CPC/2015. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

(AG.REG. NO RE 1.081.829/SP, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJe de 28/09/2018)

No caso, depreende-se das razões recursais que, no entender do recorrente, o julgamento do agravo interno no agravo em recurso especial infringiu dispositivo constitucional porque foram devidamente impugnados os fundamentos da decisão agravada, não havendo óbice ao conhecimento do recurso.

Ou seja, a insurgência diz respeito ao grau de cognição do recurso especial.

Ocorre, todavia, que o Supremo Tribunal Federal, nos autos do RE 598.365/RG/MG, decidiu que: "a questão do preenchimento dos pressupostos de admissibilidade de recursos da competência de outros Tribunais **tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão geral**" (Tema 181/STF).

Confira-se, por oportuno, a ementa do aludido aresto:

PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSOS DA COMPETÊNCIA DE OUTROS TRIBUNAIS. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. A questão alusiva ao cabimento de recursos da competência de outros Tribunais se restringe ao âmbito infraconstitucional. Precedentes. Não havendo, em rigor, questão constitucional a ser apreciada por esta nossa Corte, falta ao caso "elemento de configuração da própria repercussão geral", conforme salientou a ministra Ellen

Superior Tribunal de Justiça

Gracie, no julgamento da Repercussão Geral no RE 584.608. (RE 598365 RG, Relator(a): Min. AYRES BRITTO, julgado em 14/08/2009, DJe-055 DIVULG 25-03-2010 PUBLIC 26-03-2010 EMENT VOL-02395-06 PP-01480 RDECTRAB v. 17, n. 195, 2010, p. 213-218)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, I, alínea "a", primeira parte, do Código de Processo Civil, **nego seguimento ao recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura

Vice-Presidente